

“QUEM NÃO PODE ATALHAR, ARRODEIA!”: REFLEXÕES SOBRE O DESAFIO DA PRÁTICA DOS EDUCADORES DOS AGENTES DA LEI 10.639/03

PEREIRA, Amauri Mendes – CEAA-UCAM – amauripereira1@uol.com.br

GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Sem financiamento

Introdução

Quatro anos após a sanção da lei 10.639/03 e quase três da aprovação e ampla divulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial, ainda está desequilibrada, nos sistemas educacionais, a balança entre as medidas de implementação e o “corpo mole”, ou indiferença, menosprezo, ou ainda simples ignorância mesmo, que a empurram para o rol das “leis que não pegaram!”.

Tenho pensado que é essencial se assenhorar da nova condição de *agentes da lei* para o *cumpra-se!* É necessário priorizar a articulação e ações sistemáticas por dentro dos organismos de Estado e de governo, responsabilizando a hierarquia dos sistemas educacionais; e no âmbito acadêmico pressionando a “abertura” a novos olhares sobre o acontecer da sociedade brasileira. Estes, são liminares na produção de conhecimentos, mais e mais consistentemente universais – é hora de se valer do peso institucional da Lei e das legitimidades política e histórica.

Apesar dessa postura de princípio, esse texto pretende dialogar com os educadores. E, especialmente, homenagear a ação subterrânea daqueles que, no esforço de dar visibilidade à história e cultura afro-brasileira, desde muito enfrentaram e enfrentam hostilidades e estranhezas no ambiente educacional e, a cada iniciativa, conquistam a lei. Qualquer que seja a intensidade e qualidade das mediações teóricas e da “alta política”, sempre recai sobre os educadores e os momentos mágicos (ou não) das salas de aula a responsabilidade final – educadores *seguram a Pemba!*

E aí, há o risco, até por falta de formação, da reprodução acrítica do que *já há*. Para alguns (já que existe a Lei e ela precisa ser cumprida!) bastaria acrescentar conteúdos de História da África; e buscar elementos da *Cultura Negra*, tidos como representativos do *negro*, e capazes de atender às exigências da Lei. Em oposição a essa visão que poderia ser considerada conservadora ocorre a denúncia sistemática do eurocentrismo e do racismo em interpretações da História da África, e na manipulação de estereótipos e folclorização do negro brasileiro.

O objetivo desse texto é discutir entraves primordiais e muito comuns entre educadores, mesmo alguns mais engajados na implementação da Lei – assumidamente *agentes da Lei*: desde a ingenuidade com que, muitas vezes, assimilamos temáticas, conceitos, conteúdos, e duas fontes; às dificuldades para lidarmos com algumas questões básicas, como o conceito de História e Cultura Afro-Brasileira e a articulação de conteúdos capazes de dar conta da sua complexidade.

Simultaneamente aos esforços de *atalhar* (enfrentar e tentar superar diretamente entraves políticos e de ampliação e qualificação na produção de conhecimentos sobre o tema), que melhor laboratório para aprofundar interrogações que a práxis dos educadores, capazes de, nos ritmos próprios e singulares de seu cotidiano, *arrodear* obstáculos aparentemente fortes e insolúveis, e, agindo sempre, dar vida à Lei?

História e Cultura Afro-Brasileira: um conceito em construção

I

A primeira coisa é considerar que dos dois “lados” das “capacitações” – sejam os “formadores” ou os “formandos” – estamos sujeitos a “acidentes de percurso”: escolhas equivocadas de fontes, interpretações e induções incompletas, fragmentadas, descontínuas. O que chamamos de História e Cultura Afro-Brasileira é um conceito em construção. Muito ao contrário de “fechá-lo”, dizendo que *é isso*, ele precisa ser “aberto”, ou seja, que se deixe fluir as interrogações a respeito das trajetórias da população negra, dos diversos aspectos que constituem suas vivências e produções de sentidos sobre si própria e sobre a sociedade à sua volta, das suas interações em cada tempo e lugar com os meios sociais, com governos e outros poderes instituídos.

Há estudiosos que priorizam aspectos políticos dessas trajetórias, outros as caracterizações e sentidos das manifestações culturais e religiosas, outros ainda questões de identidade, ou buscas de soluções pragmáticas para o enfrentamento do preconceito e da discriminação racial. Quem pode se arrogar, neste momento, a condição de dizer que *isso* ou *aquilo* é mais ou menos representativo, mais ou menos verdadeiro, mais ou menos eficaz? Do “outro lado”, entre educadores que demandam, ávidos, os momentos de formação, também há expectativas e interesses diferenciados. Certamente, que tanto do lado dos “formadores”, como dos “formandos”, suas vivências jogam um peso na hora de

interagirem com os temas abordados, e no interesse, facilidade, gosto, ou o contrário, rejeições, desconfortos, desinteresses, como “rolam” os encontros e debates.

Nos fechando nessa ou naquela prioridade, até que ponto procedemos em relação uns aos outros, como os “saberes-consolidados” – a ampla e densa teia de conhecimentos euroetnocêntricos – que menosprezam ou que jamais valorizaram as temáticas e abordagens que são propugnadas pela Lei 10.639/03? Não será mais criativo e eficaz agasalhar cada uma das enunciações e manifestações de interesses e tomá-las como diferentes dimensões de uma inefável totalidade muito mais ampla e rica da História e Cultura Afro-Brasileira, por sinal em perene expansão?

Não há nada de novo em reconhecer (e já são muitos a praticarem essa visão) a dimensão política em momentos e aspectos das manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas; assim como observar que certas questões de identidade tanto podem ser tratadas dentro como fora dessas visões; ou que há caminhos de enfrentamento do preconceito e da discriminação que não passam pela “política racial”, as concepções e formas de ação políticas mais comuns no Movimento Negro organizado em grupos e entidades. Tanto se pode dizer que *tudo é Cultura*, como não estará errado afirmar que *tudo é política*.

Abrir e lutar para que permaneça aberto o conceito de História e Cultura Afro-Brasileira, me parece que só traz vantagens. Além de agregar forças, num momento em que a Lei e os impulsos para efetivá-la não são nem pacíficos, nem disseminados, conecta os *agentes da Lei* à vitalidade do pensamento transformador, de si mesmo e de tudo que nos cerca. Nesse sentido trabalhar pela implementação da Lei 10.639/03 é muito mais que trabalhar *pelo negro*, ou pela *Cultura Negra*, ou outros termos e visões que direcionam para o gueto, para o *espaço reservado* da diferença, da etnização e folclorização a vasta produção de conhecimentos que se abriga sob o guarda-chuva conceitual da História e Cultura Afro-Brasileira. Tenho proposto a noção de uma Cultura de Consciência Negra à capacidade de ir além de qualquer “encaixamento” das “coisas” – das vidas e vivências, das descobertas e inaugurações, das dores e alegrias, das forças e fraquezas, dos erros e acertos – que enfeixam as trajetórias de mais da metade da população, que constituem as experiências de interações que vêm moldando a formação da sociedade brasileira em todo o

território nacional desde o início – é muita coisa! Lenine, o nosso, já disse: “*É mais além...!*”

II

Construção não é, contudo, aproveitar qualquer coisa, pensar e agir em qualquer direção, embora isso também ocorra e “faça parte!”. Se não há fórmulas de antemão preparadas, certas, definitivas, há acúmulos que não devem ser menosprezados. Por outro lado, se é correta a visão de que os avanços científicos ou de outras formas de melhor compreensão do mundo, da natureza, das relações sociais e da história, muitas vezes se dão através de “saltos”, quebrando paradigmas e inaugurando novas metodologias e teorizações, novos sentidos e perspectivas, porque não aproveitarmos tão valiosas lições, no interesse de implementação da Lei da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

Apresento então uma contribuição no sentido de aprimorar conceituações, articulação de conteúdos, de composições de programas para formação de educadores, que venham a desaguar, finalmente, em novas descobertas e resignificações na construção de sentidos de democracia e justiça isentos de racialismos e “lugares raciais” em salas de aula.

O protagonismo e a legitimidade da conquista

Toda lei tem uma história, que resguarda sua coerência e legitimidade política. Pode-se implementar a lei 10.639/03 sem se interrogar sobre sua história? Como deixar de lado essa questão nodal: porque foi preciso alterar a LDBEN para introduzir na Educação básica a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? Porquê só agora?

De meu ponto de vista, a própria história da conquista da lei é capaz de dirimir essas dúvidas. Ela se confunde com as demandas do Movimento Negro Brasileiro, particularmente no que toca aos “lugares raciais” na Educação e às demandas por conteúdos e práticas educativas anti-racistas. Desde muito:

Tudo se agita, os espíritos cultos lançam novas idéias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflamado; alguma porção do globo não suporta a situação aflita da época.(...) Só nós negras, caras patricias, extasiamos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinal de que os espíritos tomam noção dos seus deveres e suas boas idéias são aceitas.(...) E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativo moral para nós negros ainda perdura. Muito a propósito do triste conceito que fazem sobre nós, olhemos o que nos preparam. Notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. (...)Por esta

iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo.(...) Mas isto não sucederá, só se não houver negros que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social. A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nos além de jovens somos mulheres... Mas onde podemos trabalhar, comungar as mesmas idéias? Em toda parte... instruindo-nos, procurando conhecer... .¹

Assim como o exemplo de lucidez dessa militante negra nos anos 30, nos anos 40 se construiu uma visão crítica dos conteúdos educacionais e se enveredava por uma senda pioneira:

A UNE já não poderia ceder seus espaços, pois o TEN-[Teatro Experimental do Negro, anos 40 e 50] começou a crescer: de repente havia lá umas 300 pessoas – aulas de alfabetização, conferências, - um movimento incrível... vinha gente aprender a ler. O curso de alfabetização fazia parte do projeto do TEN. Acho que foi o primeiro Mobral do Brasil.²

O Teatro Experimental do Negro tinha por base o teatro como um veículo poderoso de educação popular. Tinha sua sede na União Nacional dos Estudantes, onde aportavam dos subúrbios e de vários pontos da cidade operários, domésticas, negros e brancos de várias procedências humildes. Ali, a pedido de Abdias do Nascimento, ministrei por anos a fio, um extenso curso de alfabetização em que, além dos rudimentos de Português, História, Aritmética e Educação Moral e Cívica, ensinei noções de da História e evolução do Teatro Universal. Tudo entremeadado com lições sobre o folclore Afro-Brasileiro e as façanhas e lendas dos maiores vultos de nossa raça.³

As demandas são antigas, tanto pela universalização da Educação, quanto para que os currículos adotassem conteúdos do que hoje designamos História e Cultura Afro-Brasileira. Mas é a partir da década de 70, com o amadurecimento do Movimento Negro, simultaneamente às discussões sobre os novos caminhos a serem trilhados pela Educação brasileira, que vão ganhando força e consistência as proposições de alterações curriculares e outras, capazes de questionar a racialização de conteúdos e procedimentos pedagógicos.

Pesquisadores negros e não negros com perspectiva militante formulam a hipótese e passam a investigar as relações entre evasão e repetência, e o racismo no cotidiano escolar. É extensa a bibliografia: desde a Dissertação de Mestrado em Educação de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, *O silêncio: Um ritual pedagógico a favor da discriminação racial*, na UFMG, em 1985; à pesquisa de Vera Moreira Figueira sobre *O preconceito racial na*

¹ "Apêlo às Mulheres Negras". Nice. *O CLARIM* (um órgão da Imprensa Negra de SP). Abril de 1935

² *Pioneirismo e Luta*. Ruth de Souza. Dionysos (Número especial) – Minc/FUNDACEN. 1988

³ *Diário de um Negro atuante*. Ironides Rodrigues. Revista THOTH. n° 5. 1998.

escola⁴, à criação do NEN-Núcleo de Estudos Negros, uma organização negra de Florianópolis-SC, voltada para questão educacional, e suas publicações sobre “*Negros e currículos*”, “*Negros e o cotidiano escolar*”, etc, compondo a série *Pensamento Negro em Educação*. Segundo Jeruse Romão, uma de suas organizadoras:

A prática militante do movimento por educação, seja ela “popular ou não formal”, “pública e popular”, indica que, ora negada ora supostamente aceita, a contribuição dos negros à construção do processo democrático brasileiro é efetivamente um patrimônio não só deles, mas de todos os que teimam em querer transformar nossa sociedade num espaço igualitário. (Romão, 1999: 57)

Desde os anos 70 até os 90, em incontáveis Encontros Estaduais, em 9 Encontros de Negros do Norte-Nordeste, 3 E. N. Sul-Sudeste, 1 E. N. Centro-Oeste, 2 ENENs-Encontros Nacionais de Entidades Negras, em inúmeros seminários regionais; as resoluções voltadas para a Educação, tratando do que viria ser a Lei 10.639/03 eram ponto pacífico enfeixando os mais amplos consensos.

- *"Que seja mais enfocada a cultura negra no ensino público e particular"*.
- *"Que as Entidades Negras reivindicuem aos governos, a adoção da história do negro no currículo escolar"*.
- *"Editar livros de História do Brasil que abordem com veracidade o papel desempenhado pelas três raças que formaram o povo brasileiro"*.

Conclusões do I Encontro Estadual do Negro do ES. Colégio Estadual Vitória – Forte
São João 19 e 20 de Setembro de 1987

Optei por não eufemizar o agente primordial da conquista da Lei, embora tenha clareza de que ele jamais esteve “sozinho em campo”. Digo isso, porque algumas vezes são perceptíveis certos desconfortos perante a afirmação do Movimento Negro como *este* sujeito. Cedi ao impulso, porque tenho observado que adianta pouco. Contemporizar não tem sido uma boa tática nos embates com as renitentes defesas (mais ou menos veladas) do mito da democracia racial, cada vez mais questionadoras da Lei e da necessidade de sua implementação. Na temática que estamos tratando vão se sucedendo as coisas difíceis de remexer, nas entranhas de sentimentos e idéias arraigadas. Como esse próximo tópico.

⁴ Publicada com esse título em Estudos Afro-Asiáticos n° 18, Maio de 1990

Sujeitos ou objetos da História?

Talvez mais do que a experiência cotidiana do preconceito e da discriminação racial – que podem ser enfrentados diretamente quando identificados, o que é cada vez mais comum – a naturalização da noção de vítima, de objeto da história, que transparece nas visões sobre *o negro*, se constitua na principal fonte da reprodução do racismo, hipertrofiando a auto-estima dos que se consideram e são considerados brancos e rebaixando a dos que se consideram ou sejam considerados negros. Nesse sentido é essencial enfrentar a discussão: como se instalaram essas visões? O que há de veracidade nelas? É possível superá-las? Como?

É verdade que a vitimização funciona muitas vezes como uma tática conveniente sensibilizando opressores e atenuando sofrimentos dos oprimidos em certas circunstâncias. A única garantia, no entanto, que pode trazer essa tática é o vício nas relações entre vítimas e algozes. Estudar a História da África e as trajetórias da população negra no Brasil serve como antídoto a esse tipo de comportamento patológico ainda comum nas relações “raciais” no Brasil.

Certamente que houve vítimas – aí entendido como os que perderam seus referenciais, mergulharam na amargura, no *banzo*, em comportamentos mórbidos, na covardia, na traição... Mas se resume a isso, ou mesmo pode-se dizer que tenha sido essa a tônica da trajetória da população negra, na formação da nação e da sociedade brasileira? Pobre dessa nação se tivesse sido assim! Investir a população negra condição de sujeito histórico corresponde a uma mudança conceitual e teórica que impõe severas revisões nas interpretações mais influentes da História do Brasil. Quem pratica esse novo olhar incorpora o impulso galvanizador de quem se reconhece historicamente *na luta* e conquista a enunciação (a capacidade de falar por sua própria voz) política e histórica, desnudando o imaginário pernicioso da falência moral e espiritual, da derrota desde sempre e para sempre, que penetrou a alma de “negros” e “brancos” e ainda acomoda (e aliena) muitos em lugares “raciais”. Mas o exercício desse novo olhar implica também em assumir o ônus – a parte, intrínseca à condição de sujeito histórico, que lhe cabe nas responsabilidades sobre tudo que aconteceu e acontece, por fraqueza e medo, por ingenuidade, por erro...

Um alerta: ser sujeito histórico não quer dizer que se é senhor das possibilidades de sua vida, individual e/ou coletivamente: quer dizer que se *está na luta*! Perde-se, ganha-se,

às vezes mais isso, às vezes mais aquilo... Tudo pode se tornar acúmulo, propiciando a ampliação de horizontes, o aproveitamento de oportunidades, de constituição de alianças, de conquistas de espaços. Não se pode perder de vista as responsabilidades dos que *perdem*, nem as dos que *ganham* e se esmeram na exploração e opressão.

Crucial a esse respeito, chagas abertas no imaginário social de muitas nações das Américas, são as terríveis imagens do tráfico e da escravidão. Pois bem, ferem o bom senso e são completamente descabidas as visões de que o europeu invadiu os territórios negros, caçando-os, aprisionando-os e trazendo-os para cá. Só se fossem super-homens e não houvesse vida inteligente, estruturas (e hierarquias) sociais, políticas, econômicas no continente africano – exatamente o que impregna o senso comum a respeito desses eventos. Não sendo possível nesse texto aprofundar essa discussão, vale referir brevemente que o tráfico Atlântico representou um colossal empreendimento euro-afro-americano, em que as partes, como sujeitos, agiam em função de seus interesses. Um dos empecilhos a essa concepção, além do impacto emocional que provoca, são as idéias de ingenuidade “africana”, ou que “os africanos” traíram uns aos outros, ou não tiveram a capacidade de se unir contra “os brancos”, contra o invasor. Tal visão (que demoniza uns e vitimiza outros) peca pelo simplismo decorrente da ignorância e do preconceito: aqueles agentes que começaram e desenvolveram o negócio do tráfico Atlântico não se viam assim, e isso se comprova em diversos documentos de época. Não havia *o europeu* ou *o africano*: este é uma “criação” do colonialismo e do racismo (a partir dos meados do século XIX), que passou a vê-los, todos, como “negros”, inferiores. O que havia – semelhante à Europa até aqueles tempos – eram povos e sociedades, às vezes com características muito distintas inclusive de modos de vida, com histórias de interações comerciais e políticas ora mais, ora menos conflituosas. E que lançavam mão de alianças e oportunidades – no caso, relações com comerciantes estrangeiros que trouxessem propostas vantajosas – para colimar seus objetivos e interesses. A visão de que o tráfico ocorria aleatoriamente e à revelia dos dirigentes de povos nativos é inteiramente refutada por, por exemplo, John Fage, em sua *História da África*:

[Essas sociedades] *sabiam organizar os seus negócios de modo a minimizar os prejuízos provenientes do tráfico escravo... Em geral é possível inferir que as comunidades da África ocidental vendiam*

escravos para exportação segundo suas possibilidades de o fazer sem causar sérios prejuízos às suas populações e economias e às suas perspectivas de crescimento. (Fage, 1995: 280 e 285).⁵

Em relação ao negro no Brasil, ao longo do século XX eram muito fortes alguns estereótipos vindos desde a escravidão: a idéia do escravo-coisa (desprovido de subjetividade, incapacitado mental e espiritualmente pelas dores da escravidão); ou da indolência e ausência de iniciativas, de disciplina, enfim, de condições de assumir plenamente igualdade e responsabilidade individual e social; ou ainda sobre sua “natureza” amoral, ausência de princípios, tendências à morbidez, violência, criminalidade, etc.⁶ De pouco adiantavam os exemplos sem conta de negros bem sucedidos nos mais diversos meios profissionais, nas artes, etc. É recente e ainda objeto de controvérsias, a noção de que houve sempre resistência e lutas contra a escravidão, e de que houve inimagináveis formas de protagonismo negro durante o regime escravista. Nesse caso, também, é preciso lidar com a compreensão de que nem sempre a condição de sujeito se presta a visões enobrecedoras, ao olhar atual, de negros durante a escravidão.⁷

⁵ Além de Fage, que me parece exagerar em certas apreciações da racionalidade de dirigentes africanos frente ao novo negócio, quem se interessar em aprofundar essa discussão, pode enveredar por estudos como os de, por exemplo, Paul Lovejoy, *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Civilização Brasileira. 2002, ou aos esclarecedores artigos de Kabengele Munanga *Antropologia Africana*. Estudos Afro-Asiáticos n° 1. Jan/Abril 1978, e de João José Reis, *Notas sobre a escravidão na África pré-colonial*. Estudos Afro-Asiáticos. n° 14. 1987. Fundamentais os textos de Mbaye Gueye *O tráfico negreiro no interior do continente africano*, mostrando a dimensão e as agruras do apresamento e transporte dos cativos até o litoral, e o de Joseph Inikori, *O tráfico negreiro e as economias atlânticas – de 1451 a 1870*, reunidos no livro: Documentos de trabalho e relatório da reunião de peritos. UNESCO-Port au Prince, Haiti, 31.01 a 04.02. 1978. UNESCO. Edições 70. Lisboa. 1981. Inikori, especialmente, procura mostrar como, ao mesmo tempo, o volume extraordinário de recursos envolvidos no tráfico Atlântico, potencializou o que havia de pior em práticas de dirigentes de povos do continente africano, e está na origem da acumulação de capitais que gerou as novas condições econômicas que viriam consolidar a hegemonia mundial de povos do ocidente europeu.

⁶ Um bom exemplo da “coisificação” do escravo se encontra no livro de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Editora Paz e Terra. RJ. 2ª edição. 1977: para esse autor, os escravos seriam “testemunhos mudos de uma história para a qual não existem, senão como instrumento passivo... nesse sentido a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos”. (CARDOSO, 1977: 126-125).

⁷ A respeito há, hoje, estudos históricos recuperando diferentes aspectos do protagonismo negro durante a escravidão. Há os clássicos de Clóvis Moura, *Rebeliões na Senzala*, e de Décio Freitas, *Palmares a guerra dos escravos*, que abordam os casos extremos de formação de quilombos, revoltas e guerrilhas, que punham em sobressalto as sociedades de suas épocas. Trazendo outra perspectiva, um bom exemplo é o livro de João José Reis e Eduardo Silva, *Negociação e Conflito*. Os autores procuram mostrar a tensão permanente entre escravos e senhores; e a condição de sujeito e a intencionalidade de negros, buscando a liberdade ou vantagens e melhorias de condição de vida, dentro do contexto de relações escravistas em variadas condições sociais: escravos, alforriados, nascidos livres e até mesmo referindo a conflitos entre negros proprietários e seus escravos. Outro exemplo é *Visões de Liberdade*, de Sidney Chaloub, mostrando como variam os

Há quem se surpreenda com a informação de que havia, durante a escravidão, negros proprietários de escravos. E há mesmo os que usam essa argumentação para contrapor as demandas atuais de promoção da igualdade racial. É preciso lembrar, no entanto, que, qualquer que fosse o status do homem ou mulher negros durante a escravidão – mesmo alforriado ou nascido livre – pendia sempre sobre sua cabeça a possibilidade da sua racialização, e “enquadramento”. Da mesma forma que é um erro desconhecer as diferenças “de classe” entre negros e a veracidade da exploração de escravos por negros, é errado, também, referi-las como se fossem tão comuns, além de menosprezar legislações e esquemas “sub-institucionais” restritivos, dirigidos contra descendentes de africanos.

É por demais delicada essa discussão sobre a condição (para o “bem” e para o “mal”), de sujeitos históricos, nesse momento em que, para muitos, as vantagens e prejuízos “raciais” e sociais – inclusive os simbólicos, como o silêncio de que falaremos adiante – são tão vivos e vivificam os mecanismos de sua reprodução. Mas é uma responsabilidade. Enquanto esse magma de emocionalidade não for diluído através da superação das dores e desigualdades, funciona como grilhões aprisionando o presente ao passado.

O silêncio historiográfico

A solidariedade e mesmo o respeito de Florestan Fernandes e de Roger Bastide aos militantes e à *causa negra* renderam um trabalho extraordinário de recuperação histórica. É verdade que suas interpretações pecaram pela visão de que havia um *problema do negro* e não uma questão racial. Segundo Florestan Fernandes era o *déficit negro*, a incapacidade dos negros (deformados psicologicamente pela opressão escravista), se adaptarem às exigências de uma sociedade em transformação, que dificultava sua integração à sociedade de classes nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo. Além de responsabilizar principalmente *o negro* por seus insucessos, sua análise também pecou ao conceber o preconceito e a discriminação racial como resquícios do passado escravista, que tendiam

sentidos de liberdade e da condição de sujeito, conforme circunstâncias, oportunidades, interesses. Eram singulares e inesgotáveis as estratégias de liberdade, de superação das condições de inferioridade, adequadas naqueles contextos, embora, em certos casos, reprováveis ao olhar contemporâneo.

portanto a ser superados em decorrência do desenvolvimento de novas relações econômicas, políticas e sociais.

Mas seu legado como estudioso perdurou porque, além de largamente expor e discutir o pensamento político daqueles militantes (tomando-os, portanto, como sujeitos); e de reproduzir em seu livro incontável número de exemplares de suas publicações e de outros materiais visuais, ele foi capaz de perceber a dimensão histórica daquelas lutas que estava estudando.

Arrogando-se a solução de problemas ignorados ou descuidados pelas elites do poder, o negro e o mulato chamaram a si duas tarefas históricas: de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais; e, de provar, praticamente, que os homens precisam identificar-se de forma íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida... [Aquelas lutas] constituem uma impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira no presente. (FERNANDES, 1964: 307)

Oxalá surjam mais e mais exemplos de valorização desse tipo de fonte e de material empírico entre pesquisadores no Brasil. Flávio Gomes (2005) fala na “*produção de um silêncio nas narrativas (mais historiográficas do que necessariamente históricas) sobre raça e classe nos anos imediatamente pós-abolição*”. (Gomes, 2005: 27) E toca na questão central da invisibilização da História e Cultura Afro-Brasileira como parte da História do Brasil. Bemvindas sejam as pesquisas regionais e locais que vêm reconstituindo trajetórias de vidas de homens e mulheres negras, que passam longe dos estereótipos do servilismo, da ignorância, boçalidade, indolência, violência, ou da “sublime” folclorização, etc.

Educadores na base dos sistemas educacionais deparam com oportunidades sem conta. Quantas histórias invisíveis no entorno e no interior de comunidades escolares! Não haverá as que possam ser vistas da ótica da História e Cultura Afro-Brasileira, nas características, prazeres e desprazeres que provoca, pelos agentes que envolve, nas representações que constituirão as lembranças, as conseqüências, etc? Não precisam (talvez nem mesmo devam) ser *histórias de negros*. Não haverá participação de negros? Não se encontra algum aspecto da questão racial, ou referenciais afro-brasileiros, no início, no meio ou no fim? São muitas vezes surpreendentes as possibilidades interpretativas. Não se trata de forçar “fatos” ou versões para encaixar o que se quer. Falsidades e arbitrariedades conceituais e teóricas são danosas sempre, em qualquer coisa, e é o que menos se precisa

quando há tanto a desvendar. Memórias, sentidos, não param de surgir “na frente” de quem se decide a ouvir e valorizar, as vozes “populares”, *As almas da gente negra*⁸... Será tão difícil identificar aqui e ali, elos com as temáticas que estamos tratando, e cuja abordagem ilumine sentimentos e motivações insondáveis, e possa contribuir para melhores compreensões daqueles processos, de sua importância nas vidas das pessoas, de como partilham a construção mais ampla da sociedade?

Temos aí, sem dúvida, um espaço por excelência para a contribuição de educadores na desracialização das práxis educativas. As micro-histórias que deságuam nas escolas e que as constituem e produzem outras, quase sempre permanecem invisíveis. E elas só podem ser captadas *naquele* momento, por quem tenha *aquela* percepção, o que só ocorre a quem está atento e, pela vivência do ambiente, das relações, dos “cheiros, sons e gostos”, esteja disponível – a pessoa certa, no lugar certo. Antenas da História e Cultura Afro-Brasileira no cotidiano das comunidades escolares.

O racialismo, a gênese do racismo

*“Antes de ser pensada em termos de cultura,
ou em termos econômicos,
a nação foi pensada em termos de raça”.*
(Corrêa, 1998: 53).

Certamente que a História da África tem, por sua presença fulcral na História do mundo, e sob qualquer ponto de vista, uma importância fundamental em si mesma. Então é um desatino tomá-la como *escora* para dizer o que precisa ser dito no hoje, contra ou (mesmo que veladamente) a favor do racismo. Da mesma forma os referenciais históricos, simbólicos e estéticos de matrizes africanas, pujantes aportes às formações sociais onde chegaram, vêm servindo de desculpa aos seus prosélitos e aos seus inimigos, em diferentes contextos sociais e políticos. Nem uma coisa, nem outra deve ser usada como digressão,

⁸ Este é o título de um livro de W.E.B Du Bois 1868-1963, uma vida dedicada ao pan-africanismo e um ícone do pensamento e ação libertários entre os negros norte-americanos. Me ocorre à lembrança, porque vejo o exemplo de equilíbrio entre o tom pungente, apaixonado em que vaza suas histórias e o rigor que empresta às suas análises, como úteis (além de inspiradores) para qualquer exercício intelectual.

como válvula de escape politicamente correta, alternativa, ao enfrentamento da questão racial.

Como falar da História e Cultura Afro-Brasileira sem contextualizar as vidas “brancas”, “negras”, “mestiças”, que a produziram? Claro que se pode. Deixará, então, de ser História do Brasil. Será *História dos negros*, um outro nome hábil da guetização, contrapartida da hegemonia euroetnocêntrica nas interpretações mais influentes da História do Brasil.

O que tem a ver a existência da Guarda Negra, segundo Flávio Gomes (1991), de intensa atuação especialmente no período entre a abolição e a proclamação da República, com os sinais perceptíveis de discursos e políticas anti-negras e anti-populares por parte dos republicanos adventícios e suas expectativas de mudanças dentro da ordem, inclusive racial? E a fundação de incontável número de clubes negros em quase todas as regiões brasileiras, em maiores como em menores cidades, ao longo de quase todo o século XX: dever-se-á ao desejo de famílias negras preferirem a “paz” da vivência recatada dos seus complexos e recalques? E as manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras deverão sua força exclusivamente às credences naturais nos negros, aos seus santos e orixás?

Não há episódio da História e Cultura Afro-Brasileira que não esteja dentro da História do Brasil. Assim como (sem prejuízo de espaços de alteridade “negra” inerente à diversidade que constitui nossa ampla formação), foram as formas de construção da nação e da sociedade e as interpretações da História do Brasil, nas ações e nas penas de seus principais, que suscitaram entre as populações negras a produção da História e Cultura Afro-Brasileira.

Já em 1890, o decreto 528, de 28.06, em seu artigo 1 estabelecia o seguinte: “*É inteiramente livre a entrada nos portos da República dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos a ação criminal em seu país, exceptuados os indígenas de Ásia e África...*”

A invisibilidade ou opacidade da questão racial no pensamento das elites intelectuais é especialmente problemática no Brasil, porque há um legado insofismável da dominação branca sobre indígenas e negros ao longo de cinco séculos.⁹ Quase a metade de todos os seres humanos chegados às Américas através do tráfico Atlântico (cerca de 4 milhões) foi

⁹ Florestan Fernandes fala no “legado da raça branca”.

trazida para o Brasil; fomos a última nação da América a extinguir a escravidão, e, diferentemente de outras nações e sociedades nas Américas, a participação negra ocorreu desde os primórdios da colonização, esteve presente em todo o território nacional sendo largamente majoritária em algumas regiões, e “sua cultura” tornou-se referência fundamental da identidade nacional – Joel Rufino dos Santos fala da cultura negra como o “núcleo pesado” da cultura popular brasileira. A questão racial – ou seja, o contencioso das relações raciais com suas múltiplas e, algumas vezes, irredutíveis ilações, conotações e conexões – é, portanto, liminar na trajetória de constituição da nação, do Estado e da identidade nacional, ao mesmo tempo, que dos campos científicos e teorizações que pretendem interpretar esse processo.

Além disso vem se formando a respeito uma massa crítica em certos setores das Ciências Humanas que, entre outras questões relevantes, identifica o “racialismo” – crença na existência de características hereditárias que dividiriam a espécie humana em grupos geneticamente distintos (raças), cujos membros de cada uma compartilhariam entre si certos traços e tendências exclusivos – como um elemento constitutivo na gênese do pensamento social no Brasil, bem fundado no sistema escravista, nas hierarquizações sociais e políticas que ele instituiu e que se enraizaram culturalmente. E que este racialismo, entre outras ações extremamente nocivas às expectativas e interesses da população negra, impulsionou a primeira grande política pública da república: a imigração, com a perspectiva de “lavar a mancha negra” a contaminação do tecido social pelo sangue africano, e criar, pela mestiçagem biológica e graças à superioridade da *gens* branca, europeia, um novo povo brasileiro apto à civilização.

Como intervenção oficial racista de Estado, de governos e outros poderes e órgãos federais e de poderes estaduais, especialmente de São Paulo, de tamanha dimensão – em pouco mais de 30 anos foi trazida mais ou menos a mesma quantidade de imigrantes europeus para o Brasil, que em 300 anos de tráfico Atlântico(!) – pôde ser tão “desconhecida”, menosprezada ou, simplesmente naturalizada, na maioria das interpretações dos processos de formação da nação e da sociedade brasileira? Ainda mais porque a maior incidência da imigração e potencialização de discriminações e conflitos se deram justamente no sul e sudeste, as regiões política, cultural, e economicamente mais dinâmicas.

É necessário avaliar o quanto se perde ao ponto, de certas análises se transformarem em verdadeiras abstrações, ao se enveredar por “caminhos” de interpretação da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, sem a consideração adequada da questão racial (mormente com o agravamento da complexidade que esta se apresenta nos dias de hoje).

Há os desafios políticos à implementação da lei. Sem dúvida enfrentados de diferentes maneiras, com mais ou menos engajamento, consistência, regularidade, etc. Embora a correlação de forças seja adversa aos *agentes da lei*, é de se notar seu empenho, crescente qualificação de seus discursos, conquistas de espaços, corações e mentes. Esse é o aspecto dos desafios frente ao qual se sentem bem, sejam os que já vinham incorporando ao seu jeito a História e Cultura Afro-Brasileira em suas práxis pedagógicas, ou os que foram conquistados/seduzidos/abraçados recentemente: é um espaço em que, quase sempre, a luta se dá e pode ser travada abertamente, nos intestinos das decisões em órgãos executivos, nos debates institucionais e a despeito de formalismos em órgãos normativos da Educação; ou mesmo em escolas, em salas de professores, nos cotidianos das salas de aula...

Diferente do que acontece em relação ao desafio acadêmico à implementação da lei. Esse é um campo muito mais fechado e de relações de poder e de saber-poder muito mais movediças, dissimuláveis. O desafio acadêmico implica em por na “berlinda” o saber-poder *sobre o negro*, e as interpretações do desenvolvimento da sociedade brasileira que não percebiam a existência de um obscuro silêncio historiográfico sobre a trajetória das lutas negras no pós-abolição e ao longo do século XX, e que sejam insensíveis e/ou impermeáveis às demandas de igualdade e às manifestações contra preconceitos e discriminações raciais. Tem sido mais difícil intervir num campo de poder – o poder acadêmico – no qual tem sido tão difícil se instalar uma nova ética na produção de conhecimentos, cujo compromisso com a teoria incorpore a noção crucial da política como constitutiva do conceito. Penso que são desafios à altura da importância do saber acadêmico: a capacidade de construir espaços mais amplos de trocas, de encontros, de entendimentos, não exclusivamente através da racionalidade, embora balizados por ela; questionar fundamentos de seu prestígio e poder e assumir que nenhum discurso pode

abranger a totalidade; que todo enunciado é sempre um *locus* de significação; que o universalismo é perene busca e construção e a diversidade condição intrínseca do enriquecimento humano. Ser, enfim, capaz de cumprir/exercitar sua vocação de estar em sintonia com a construção da univers(al)idade.

O *práxis* dos educadores é uma instância de responsabilidade para a implementação da Lei. Será correto depender das vitórias em outros campos? Se não é possível *atalhar*, *arrodeia* e construa suas próprias alternativas. E vamos em frente.

Bibliografia:

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. 1964

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Jorge Zahar Editor. RJ. 2005.

_____. *No meio das Águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte 1888-1889)*. Estudos Afro-Asiáticos n° 21. 1991

_____. *A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil*. Em *A República e a questão do negro no Brasil*. Salgueiro, M. A. A (Org). Editora Museu da República. RJ. 2005

PEREIRA, Amauri M. *Três Desafios para o Movimento Negro: articulação, mobilização e organização*. IPCN/Cointer-SR 3-UERJ. RJ. 1995.

ROMÃO, Jeruse. *Há o tema do negro e há a vida do negro: Educação pública, popular e afro-brasileira*. Em *Educação popular afro-brasileira-Série pensamento negro em educação* n° 5. NEN-Núcleo de Estudos Negros. Florianópolis. 1999.

RUFINO dos SANTOS, Joel. *A luta organizada contra o racismo*. In *Atrás do muro da noite*. Em Rufino dos Santos e Barbosa, Wilson do Nascimento. MinC-Fundação Cultural Palmares. Brasília. 1994.